

## OS DIÁLOGOS

João Paulo Kleinübing aparece em uma transcrição do relatório de interceptações do Gaeco. A conversa, em 5 de julho de 2012, mostra o ex-prefeito em uma ligação com o então secretário de Obras, Alexandre Brollo. Confira, na íntegra, exceto palavras:

**16h39min**

**Ex-prefeito João Paulo Kleinübing:** Alô, Brollo?

**Ex-secretário de Obras Alexandre Brollo:** Oi.

**Kleinübing:** Conhece a definição do termo f...?

**Brollo:** Ai, meu Deus!

**Kleinübing:** F..., f..., vais entender, f...

**Brollo:** Certo.

**Kleinübing:** Falei com o Nelson agora, né?, do Walfredo me provocou agora, algum luminar do BNDES mandou correspondência pro Badesc, advogado, advogado m..., advogado m..., equiparando operação de crédito à transferência voluntária de recurso.

**Brollo:** F...

**Kleinübing:** Ou seja, o prazo não é mais 31 de agosto, mas 7 de julho.

**Brollo:** É depois de amanhã.

**Kleinübing:** Deve estar licitada e com ordem de serviço emitida. (....) Isso é a definição do termo f..., né?

**Brollo:** Sim.

**Kleinübing:** Então, f...

**Brollo:** P...

**Kleinübing:** Então, Brollo, preciso trazer tu e o Jacomel [Eduardo Jacomel, então presidente da URB] pra cá.

**Brollo:** Sim.

**Kleinübing:** Tá? É... Tava começando a conversa agora com a Marli, depois, se for o caso, eu chamo o Jair aqui ainda hoje, tá? Assim, ó: dispensa pra URB, com data atrasada e ordem de serviço com data de hoje.

**Brollo:** Tá bom, tô ligando pro Jacomel e tô indo pra aí.

**Kleinübing:** De projeto que não existe.

**Brollo:** Não, até existe, né?

**Kleinübing:** É, só que assim, naturalmente, Brollo, porque eu preciso que vocês dois venham aqui. Eu não vou fazer isso para R\$ 20 milhões, nem faz...

**Brollo:** Não, claro, claro, claro, mas tem mais ou menos as obras que eles poderiam fazer lá.

**Kleinübing:** Isso, exatamente. A questão é: o que que, de fato, o que nós vamos priorizar, o que nós temos capacidade de execução, pra começar agora, e essa nós vamos encaminhar. Nós vamos fazer de tudo, né, também...

**Brollo:** Não, não, mas isso aí... Isso aí tem, mais ou menos nós já temos.

**Kleinübing:** (..) pra gente trabalhar nisso.

**Brollo:** Meia-hora aí.

**Kleinübing:** Meia hora aqui.

Minutos depois, Brollo liga para Eduardo Jacomel, à época titular da Companhia Urbanizadora de Blumenau. O relatório traz somente a interpretação do Gaeco sobre a

conversa. Confira na íntegra:

**16h42min**

Brollo liga para Jacomel e fala cinco e meia lá no chefe, o prefeito. Brollo fala que acha que a conversa de três meses atrás de Jacomel ser o diretor-técnico vai acontecer. Jacomel fala "meu deus do céu". Brollo fala é pior do que a gente pensava, Brollo diz vai lá daí a gente conversa, só tem que levar a planilha do Badesc. Brollo fala que o BNDES conversou com o Badesc, e a parte jurídica, onde eles entendem que não é a mais 31 de agosto, mas sim 7 de julho o prazo final para a obra estar contratada, licitada e o empenho da primeira nota. Jacomel fala que quer ir junto com Brollo para conversar antes. Brollo fala que é bom porque nós já conversamos sobre isto antes. Brollo fala que o bom é que assim não é tão feio como nós estávamos imaginando, a ideia é não fazer sem o contrato, é só fazer o contrato para trás. Jacomel diz contrato a toque de caixa, beleza conversamos.

## Entrevista: João Paulo Kleinübing, ex-prefeito de Blumenau

## “Não assinei nenhum contrato com data retroativa”

Muito nervoso após a divulgação do diálogo em que fala com Alexandre Brollo, secretário de Obras à época, sobre a assinatura retroativa de um contrato entre a prefeitura e a Companhia Urbanizadora de Blumenau (URB), o ex-prefeito de Blumenau João Paulo Kleinübing fez um desabafo. Por telefone, reconheceu que a ligação telefônica, em 5 de julho de 2012, existiu, mas negou que tenha fraudado qualquer documento.

**Jornal de Santa Catarina - Como o senhor avalia as informações divulgadas sobre o suposto superfaturamento nos contratos entre prefeitura e URB?**

**João Paulo Kleinübing -** Não são verdadeiras. Primeiro, não tem nenhum fato novo, nenhum processo que passou pelo Ministério Público foi concluído. Pegaram aquele fato de quatro meses atrás e tentaram dar uma nova roupagem. Segundo, como pode haver desvio de R\$ 100 milhões se o total de contratos que a prefeitura firmou com a URB para execução de obras de 2006, quando começou a investigação, até 2012, somou R\$ 58 milhões?

**Santa - Tudo que foi publicado não é verdade?**

**Kleinübing -** Fala-se em superfaturamento. Como é que pode haver superfaturamento se tudo o que a URB contratou com a prefeitura estava abaixo das três tabelas de referência? Não tem um único contrato em que a URB tenha assinado para execução de obras em que os valores estejam superiores a qualquer uma destas tabelas. Então, como posso falar em superfaturamento? O que o Ministério Público alega é que a prefeitura fraudou licitação pra URB ganhar. A URB pode ser contratada por dispensa de licitação. A única beneficiária foi a URB. Não faz sentido. Agora, faz sentido que o Jean Michel Forest, coordenador do Gaeco, é irmão do Jefferson (vereador de Blumenau).

**Santa - Acha que partiu dali a denúncia?**

**Kleinübing -** Não posso afirmar. Acho estranho que seja o coordenador do Gaeco de Itajaí. Uma coincidência estranha. Não vou cometer com eles a injustiça que estão cometendo comigo. Mas afirmo que há uso reiterado de meias verdades para tentar produzir algo que não existe.

**Santa - O Ministério Público afirma que houve superfaturamento de obras. Como o senhor analisa isso?**

**Kleinübing -** O Ministério Público está agindo sem conhecimento. Em nenhum momento, eu ou qualquer pessoa da prefeitura foi chamada, ao longo do período, para dar qualquer tipo de explicação sobre os contratos. Simplesmente tomaram as conclusões que queriam, com o fim de prejudicar a prefeitura. Agora, tenho que ficar correndo atrás, de novo, para mostrar que isso não é verdade. Isso se originou em 2006, por conta da obra da Escola Machado de Assis. Qual foi a conta que o MP fez? A prefeitura pagou R\$ 400 mil para a obra. A URB subcontratou uma empreiteira por R\$ 180 mil. Então, sumiram com R\$ 220 mil. Errado. Esqueceram de somar o material, que dá R\$ 190 mil. Então, a obra custou R\$ 370 mil, e o resto é imposto. Como é que pode falar que houve desvio, se, maldosamente, desconsiderou que houve gasto com material. Está forçando uma situação para criar um embaraço político.

**Santa - Quem está forçando?**

**Kleinübing -** O Ministério Público. O doutor

Gustavo (Mereles Ruiz Diaz) e o doutor Jean Michel Forest. E isso é recorrente. Está distorcendo os fatos para criar esta confusão toda.

**Santa - O senhor assinou algum contrato com data retroativa?**

**Kleinübing -** Não assinei nenhum contrato com data retroativa. Nenhum. Ele não teve o cuidado de conferir – antes de divulgar aquela fala –, se os contratos foram realmente assinados com data atrasada. E não foram.

**Santa - Mas o diálogo divulgado entre o senhor e o ex-secretário Brollo existiu?**

**Kleinübing -** Existiu. Em dezembro de 2011, a prefeitura estava em recesso e recebi uma ligação do Banco Central, que analisava a contratação de empréstimo com o Badesc. Tinham uma decisão judicial a meu favor, datada de 2007. Mas queriam um documento recente, atestando que aquela decisão continuava válida. Disse que seria o ápice da burocracia pedir um documento para validar outro.

Acabei não conseguindo liberar o dinheiro no final de 2011. Resultado, tive que encaminhar todos os balanços de novo e quando estava tudo pronto, dia 5 de julho – data da gravação –, recebi a ligação do Badesc dizendo que tinha um impedimento jurídico e o prazo para contratação das operações de crédito tinha sido antecipado de 31 de agosto para 7 de julho. Aí liguei pro Brollo. Por isso a minha reação. Ou seja, em dezembro não consegui assinar porque um iluminado do Banco Central me pe-

diu um papel para comprovar que o papel anterior continuava valendo. Seis meses depois, recebo uma nova ligação afirmando que iria ficar sem o recurso. Pela segunda vez, não iria assinar o contrato.

**Santa - Os contratos foram assinados dia 6 de julho?**

**Kleinübing -** Daí fizemos as dispensas para URB, totalmente legais, dia 6 de julho. Ou seja, os contratos que eu me refiro com o Brollo não foram assinados com data retroativa. Todos os contratos feitos com a URB são com dispensa de licitação. A URB é da prefeitura e isso não é ilegal. É uma modalidade prevista na Lei das Licitações. Não fraudei um único papel. De novo, está se tomando conclusão sem fazer perícia, sem avaliar os contratos.

**Santa - O senhor parece estar bem nervoso.**

**Kleinübing -** Estou. A sensação de injustiça é a pior coisa que pode acontecer. Nunca tomei uma decisão sem pensar se seria o melhor para a cidade. Estou indignado da forma com que se distorcem os fatos para produzir uma mentira. Isso me deixa indignado. Levantaram uma situação e não levaram adiante. Mas o nome já ficou manchado.

**Santa - Não há denúncia formalizada pela Justiça contra o senhor?**

**Kleinübing -** Nem contra mim e nem contra ninguém. Agora, vou tentar mostrar a verdade e vou avaliar medidas jurídicas neste caso. Em resumo, o que está havendo: distorção dos fatos para criar uma mentira – o MP se baseia em dados equivocados; não há nenhuma denúncia oferecida contra ninguém e todos os contratos assinados com URB estão abaixo das tabelas de referência. Não assinei nenhum contrato com data retroativa e em nenhum momento me foi pedido para dar explicações.



● Dia 21 de dezembro, o **Santa** revela que MP interceptou 30 mil conversas telefônicas

● Em 29 de janeiro, reportagem mostra que investigação criminal voltou para Blumenau porque Kleinübing, ao deixar a prefeitura, perdeu o foro privilegiado



● Em 31 de janeiro, a Justiça cassa mandatos dos vereadores e suplentes. O processo está em fase de recurso no Tribunal Regional Eleitoral

● Em 6 de fevereiro, reportagem mostra que vereadores cassados enfrentam pressão por licença na Câmara



● Dia 8 de fevereiro, o **Santa** revela as conversas que levaram à cassação dos vereadores e suplentes

● Em 20 de fevereiro, promotor afirma, com base em análises preliminares, que o material apreendido confirmaria as fraudes

Segue →